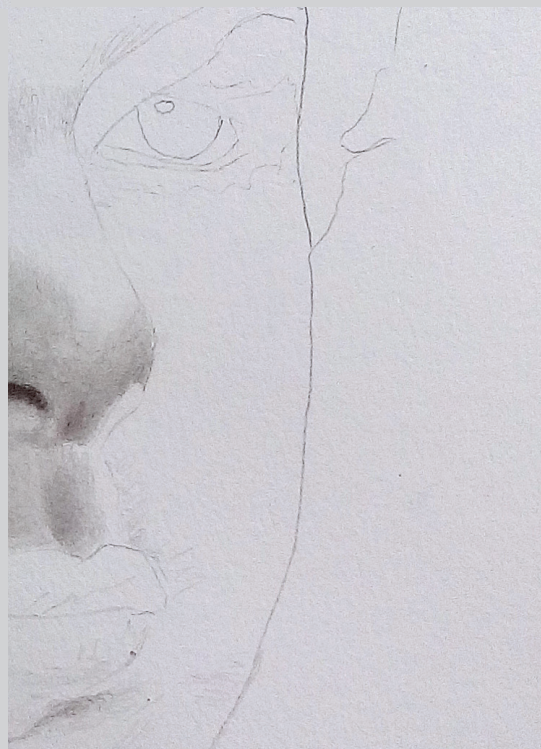
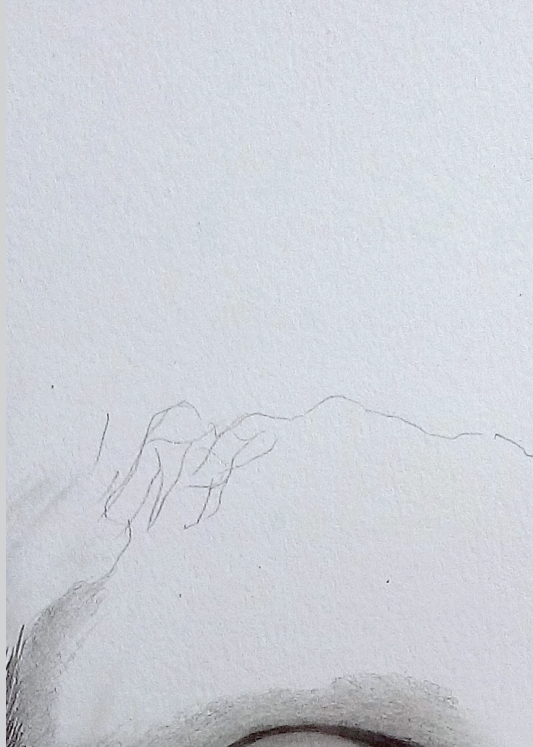




Dos gestos e materializações da modernidade na casa horizontal

Daniela Batista Lima Barbosa

Celina Borges Lemos

Daniela Batista Lima Barbosa

Arquiteta, especialista em Geoprocessamento, mestre em arquitetura pela UFMG. Atualmente é doutoranda pela NPGAU/UFMG. Trabalha no setor de Meio Ambiente da Central de Apoio Técnico (CET) do Ministério Público de Minas Gerais. Possui experiência na área de arquitetura e urbanismo nos seguintes temas: legislação, meio ambiente, patrimônio cultural e parcelamento do solo e em docência nas disciplinas de teoria e história da arquitetura e cidades e planejamento urbano ambiental. Contato: danielalima614@gmail.com

Celina Borges Lemos

Professora Titular do Departamento de Análise Crítica e Histórica da Arquitetura e do Urbanismo da Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Integra o Corpo Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU/UFMG) e tem atuado nos níveis de mestrado e doutorado. Graduada em Arquitetura e Urbanismo, possui mestrado em Sociologia pela FAFICH da UFMG e doutorado em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Realizou o Pós-Doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Contato: celinaborg@gmail.com

RESUMO [PT]: Este artigo apresenta alguns aspectos dos vínculos entre público e privado, arquitetura e comportamento social e cultural que têm suas manifestações na casa horizontal. Os gestos, os comportamentos e as materializações modernas, modificações sociais e culturais inseridas pelas regras de civilidade no âmbito da modernidade do final do século XIX e início do século XX, podem ser constatadas na investigação, nas memórias dos escritores e cronistas da capital, nos acervos das plantas arquitetônicas, das fotografias e dos periódicos do APCBH (Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte) e do APM (Arquivo Público Mineiro) que possibilitam averiguar as fronteiras do público e do privado refletidas no programa distributivo da casa e na maneira de morar que se estabelecem a partir da planta da cidade capital.

Palavras-chave: público, privado, residência, sociabilidade, arquitetura

ABSTRACT [EN]: This article presents some aspects of the links between public and private, architecture and social and cultural behavior that have their manifestations in the horizontine house. The gestures, behaviors and modern materializations, social and cultural changes inserted by the rules of civility in the scope of modernity at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, can be seen in the investigation in the memories of the writers and chronicler of the capital, in the collections the architectural plans, photographs and APCBH (Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte) and APM (Arquivo Público Mineiro) periodicals that make it possible to ascertain the boundaries of the public and the private reflected in the house's distribution program and in the way of living that are established from the capital city plan.

Keywords: public, private, residence, sociability, architecture

RESUMEN [ES]: Este artículo presenta algunos aspectos de los vínculos entre lo público y lo privado, la arquitectura y el comportamiento social y cultural que tienen sus manifestaciones en la casa horizontal. Los gestos, los comportamientos y las materializaciones modernas, los cambios sociales y culturales insertados por las reglas de la civilidad en el ámbito de la modernidad a fines del siglo XIX y principios del siglo XX, se pueden ver en la investigación en los recuerdos de los escritores y cronistas de la capital, en las colecciones. los planos arquitectónicos, las fotografías y las publicaciones periódicas APCBH (Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte) y APM (Arquivo Público Mineiro) que permiten determinar los límites de lo público y lo privado reflejados en el programa de distribución de la casa y en la forma de vida establecida a partir del plan de la ciudad capital.

Palabras clave: público, privado, residencia, sociabilidad, arquitectura

Introdução

No ano de 1895, inicia-se a comercialização e a concessão dos lotes em Belo Horizonte. À medida em que as residências se instalam, põe-se a vida urbana em prática e se efetiva o plano urbanístico da cidade capital. Para além do plano, a modernização da cidade capital percorre as escalas do habitar por meio de normas de comportamentos sociais e culturais da civilidade, na execução das casas, nos parâmetros urbanísticos dos códigos de posturas e de edificação, nos afastamentos da edificação da via pública, nos corpos dos habitantes da cidade. Os termos privacidade, domesticidade, conforto, confortável, solidão, indivíduo se especializam pelas ambiências da casa. Esses termos chegam à casa para acolher as sensações e o *estado de espírito* (RYBCZYNSKI, 2002) e nomear as múltiplas ambiências que se configuram no programa arquitetônico residencial. É nesse contexto que se apresenta, neste artigo, alguns aspectos das fronteiras do público e do privado na arquitetura das primeiras *casas horizontinas* que se instalam na cidade capital planejada do Estado de Minas Gerais, no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX.

O público e o privado e as materializações da civilidade

É interessante acompanhar, na arquitetura, a trajetória da localização do conjunto formado pelos elementos varanda/sala de jantar, sala de visitas e alpendre. A varanda se desloca dos fundos da casa de tempos coloniais para a frente e lateral da casa republicana com a designação *sala de jantar*. Na planta da casa constante no Arquivo Público da Cidade (ACPBH), datada do ano de 1911 (FIG. 1), o acesso à casa ocorre na lateral da edificação. Um gradil faz a distinção do público e do privado. Nota-se o aparecimento de um alpendre lateral, que também confere um grau de transição da via pública à entrada da casa. Possivelmente, pode-se imaginar a existência de um jardim lateral que se posiciona contíguo à escada de acesso, conformando gradações sutis que cercam os limites do público na casa.

Esses elementos inseridos na arquitetura das casas da cidade capital são representantes da modernização das cidades brasileiras ao longo do século XIX, pois contribuem para o atendimento de uma demanda de distinção da rua, local público, e do privado, resguardando a vida familiar. Essas gradações das fronteiras da casa estão presentes nos significativos depoimentos de Beatriz Borges Martins na publicação de suas memórias de infância e juventude na nova capital nas décadas de 1920 e 1930 e de Humberto Pereira (2009) em seu livro-depoimento sobre o morar no bairro Carlos Prates. Martins (2013) relata sobre as idas à casa vizinha para comprar flores e ovos frescos. Pereira aponta os limites das fronteiras do público e do privado exercido pelo alpendre na casa de seus pais:

[...] como os alpendres não ficam dentro da casa, as pessoas conhecidas passavam e — e não eram poucas — sentiam-se à vontade para cruzar o portão, subir uns poucos degraus e prostrar-se com papai. Já para a mamãe alpendre era casa sim. Se a conversa passasse de 5 minutos, lá vinha ela com a quitanda do dia: um pedaço de broa de fubá, uma brevidade e principalmente o campeão de todas, o biscoito de polvilho (PEREIRA, 2009, p. 25)

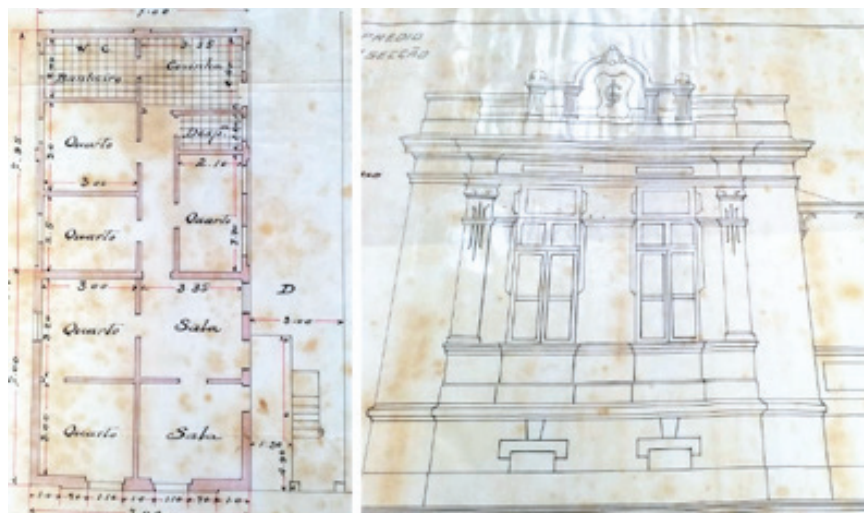


Figura 1 – Planta e fachada de casa residencial, 1911

Fonte: APCBH/SMARU, 1911. Notação: APCBH//AJ.19.02.01-000087.

Santos *et al* (1985) destacam a existência de gradações para o acesso público à casa estabelecidas em uma variedade de significados que janelas e portas assumem na comunicação com a rua. As janelas servem como balcão para os alfaiates, servem para as mães vigiarem as brincadeiras das crianças nas ruas. As portas, os autores as consideram como o lugar de sentar-se para ver a rua, de reunir-se para a conversa, de atender pessoas e mais que tudo, é o limiar da casa. “Um lugar privilegiado para os ritos de incorporação ou separação [...] em última análise, é principalmente através das portas que o espaço da casa extravasa para a rua” (SANTOS *et al*, 1985, p.54).

Outro aspecto das fronteiras a ser destacado é a distinção da propriedade privada que ocorre na arquitetura da casa pelo “recolhimento” da porta principal, deslocada para o interior do lote e posicionada na lateral da casa de maneira a evidenciar o caráter restrito da residência. Forma-se uma zona de recepção da casa (LEMOS, 1993) que distingue as fronteiras do público e do privado, com a inserção de um alpendre lateral acrescido à casa e acesso por jardim lateral como se nota no registro fotográfico da casa horizontalina constante do acervo do Arquivo Público Mineiro (APM) (FIG. 2).



Figura 2 – Casa de residência no alinhamento da via com acesso lateral com jardim.

Fonte: APM, [1900- 1934]. Notação: MM-047(01).

Segundo Reis Filho (2000, p. 171), a entrada principal é “deslocada para a lateral, passando pelos jardins, que recebiam, por isso, um tratamento formal, inspirado em modelos franceses e eram protegidos do exterior, muito solenemente, por grades e portas de ferro”. A entrada da casa transferida para a lateral geralmente recebe uma escada de ferro que acessa o alpendre e que possui função de corredor como se observa no projeto de casa urbana da

capital datado de 1911. As ambiências “sala de visitas” e a “sala de jantar” estão contíguas e se abrem para o alpendre, conformando uma zona de recepção que vai adquirindo contornos mais definidos como se observa no projeto de 1911 (Figura 1).

A análise dos projetos arquitetônicos do APCBH revela os distintos detalhes dos elementos que conferem os limites entre o privado e o público: são gradis, muros, cercas que delimitam lote e rua. Também no objeto arquitetônico, destacam-se as inscrições de datas e monogramas nas fachadas e gradis que exercem comunicação com o mundo exterior. Na fachada da residência do ano de 1903 (FIG. 3 e 4) encontra-se em destaque as letras iniciais “ASP” do proprietário. Essas inscrições, além da demarcação de fronteiras, se referem ao *status* do “ser proprietário” presente nas casas burguesas.



Figura 3 - Fachada de residência, 1903. Fonte: APCBH, 1903 Notação: APCBH//AJ.19.02.01-000301.



Figura 4 - Detalhe de monograma, 1903. Fonte: APCBH, 1903 Notação: APCBH//AJ.19.02.01-000301.

Embora os monogramas estejam presentes na casa burguesa, as origens do uso das letras iniciais do nome e sobrenome remontam ao medievo europeu, difundido em documentos públicos e solenes, conforme assevera Vânia Carneiro de Carvalho (2008) no estudo sobre *gênero e artefato*. Dois aspectos referentes aos monogramas são revelados por Carvalho (2008, 2011) e se relacionam à sua aplicação como distinção e como demarcação do território masculino. Na casa burguesa, as aplicações dos monogramas possuem um caráter prático ao distinguir os objetos de uso pessoal e doméstico, por exemplo, no vestuário dos componentes da família. Além disso, é utilizado para assinalar a presença masculina no interior das residências em funções específicas associadas ao gênero, tais como arquivos, estantes giratórias de livros, instrumentos de escrita como o tinteiro, mata-borrão, sinete, abridor de cartas entre muitos outros.

Pode-se associar também a demarcação da propriedade pelos monogramas à identificação da propriedade do solo no contexto do modo de produção que se instala no século XIX. É nessa direção que, no ano de 1910, o capitão da guarda nacional Pedro de Carvalho Mendes compra o terreno na zona suburbana da capital para edificar a casa de moradia para sua família. O

terreno localizado em esquina de vias de circulação foi utilizado para a implantação da casa em formato de “L” apresentando duas fachadas alinhadas nas vias. Em uma das fachadas, o proprietário insere a data da construção “1911”, e na outra, o monograma formado pelas letras iniciais de seu nome e o último sobrenome “PM”, conforme detalhe na figura a seguir (FIG. 5).



Figura 5 - Monograma na fachada de residência, 1911. Fonte: Acervo da autora, 2019.

O público e o privado e os comportamentos sociais da civilidade

Outro aspecto do público e do privado na casa se refere às sociabilidades e às maneiras de comportamento social em relação aos festejos e celebrações. Como no caso dos enlaces matrimoniais que acontecem nos salões da casa e em sua área externa, os quintais. Para Campos (2010, p. 193), “ao se publicizar a cerimônia acertada no privado, os nubentes não apenas no curso do simbólico, mas também nas experiências práticas da vida declaravam diante da sociedade o desejo de legalizar convivência até que a morte os separasse”. A respeito dos ritos do casamento, Martins (2013) relata a perpetuação dessa celebração em sua família em tempos distintos realizada no ambiente doméstico, tanto no casamento de seus pais no ano de 1909 quanto no de sua irmã, em 1932. Em suas palavras: “Como era de praxe na época, a cerimônia foi realizada na casa de vovó, com tudo supervisionado por Tia Neneca, que era a ‘chique’ da família, pois tinha um filho diplomata e ia, de vez em quando, à Europa” (MARTINS, 2013, p.19). O compartilhamento e a celebração do casamento evidenciam a sua inscrição simultânea na intimidade familiar e como uma ação de representação social. Por isso, alguns enlaces estão publicizados nos periódicos da nova capital como se observa na figura 6, tendo os noivos e convidados diante de uma casa. É presumível que o local da realização do casamento e das festividades seja a casas dos pais dos noivos ou mesmo a própria casa dos nubentes.



Figura 6- Enlace, 1914. Fonte: Revista VITA, 1914. Disponível em: <<https://issuu.com/apcbh/docs/c17-b-008>>. Acesso em: 20 jun.2020.

Pedro Nava fala sobre a festa de casamento de que participa “por liberação em caráter extraordinário” do Colégio Anglo em Belo Horizonte em meados da década de 1910. Em suas palavras: “Lembro a sensacional [saída] que me coube para ir ao casamento do Nelo. A cerimônia foi no chalé onde iam morar os nubentes, pintado de novo, paredes verdes, janelas brancas, ficava à esquina de Januária com Pouso Alegre” (NAVA, 2012, não paginado). Em seus termos:

Guardei viva a lembrança da noiva envolta numa nuvem de gaze e toucada de flores de laranjeira feitas com pelica; do noivo, de fraque; do tio Júlio, capacete de plumas e nos dourados da grande gala da Briosia; de meu avô, abrindo o leque das suas barbas imperiais; da beleza de Tia Berta, de aigrette; do cortejo de carruagens, capotas arriadas, seguindo para a igreja; finalmente, da mesa fabulosa cheia dos perus, dos leitões, dos doces e de certa decoração alegórica organizada por tia Iaiá: uma balança prateada cujo prato carregado de moedas de chocolate chapeadas de ouro elevava-se leve, no ar, enquanto descia, pesado, oposto, ao só peso dum pequenino coração. Simbolizava o Amor mais precioso que a Fortuna... (NAVA, 2012, n/p).

Os quintais podem se transformar em uma sala informal, o que já está alinhado ao morar moderno que se caracteriza pelos valores do conforto, da intimidade e da informalidade (DEJEAN, 2012). A incorporação de hábitos e costumes ocorre de maneira gradual em um processo de permanências e transformações. Ao longo do século XIX e especialmente na primeira metade do século XX, há publicações sucessivas de manuais de *saber-viver*, de boas maneiras e de bom-tom. Tal como nos ritos matrimoniais, a realização de jantares, *garden-parties* e o *five-o'clock tea* caracterizam-se como manifestações sociais modernas que trazem a dimensão pública à casa. Esses eventos se estendem por um período que abrange desde os dias dos preparativos, o dia da celebração da união e os dias posteriores, aos momentos das atividades de organização, lavando, passando, engomando os tecidos, e selecionando a louça. Enfim, põe-se em ordem a casa para o retorno das atividades habituais.

A respeito do *Código do bom-tom: ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*, obra do cônego José Ignacio Roquete do ano de 1845, Lilia Schwarcz (1997) assinala que as intenções do autor eram o ensinamento do ritual de maneira a interiorizá-lo e assim parecer natural nas mais diferentes situações de convívio social. “Torna-se natural” possui vinculação com a representação, o prestígio e a distinção sociais, como explana Norbert

Elias (2001) em estudo sobre a constituição da civilidade na obra *Sociedade de corte*. No século XVIII, para Elias (2001, p. 126), “cada detalhe constituiu, então, uma arma na luta por prestígio, de modo que elaborá-los não servia somente para a representação ostentatória e para a conquista de maior *status* e poder”.

É importante observar que o “tempo da festa”, explicita Da Matta (1997), ou seja, o período anterior e posterior ao evento, corresponde aos rituais de caráter extraordinários, ou seja, fogem ao cotidiano ainda que “o dia-a-dia esteja repleto de comportamentos ritualizados”. Os eventos que criam uma outra atmosfera que não a do tempo comum das tarefas domésticas e demais atividades da esfera do trabalho produzem “o tempo do ritual” (Da Matta, 1997). Esse *tempo* compreende uma série de atividades preparatórias que antecedem a festa e os dias a seguir da celebração, configurando um conjunto de atividades e afazeres para a retomada do aspecto e da utilização quotidianos.

Outro aspecto dos eventos sociais, incorporados ao cotidiano da casa, são constituídos por uma série de regras e códigos de comportamento que põe em evidência o domínio dos protocolos da etiqueta. É o caso do “Chá das 5” que adentra a casa demandando ambiências, protocolos e cuidados de etiqueta. João do Rio em crônica de 1908¹ trata da “transformação súbita” operada pelo chá e as visitas impondo-se como hábito social. Ele diz:

[...] no Chá e nas Visitas é que está toda a revolução dos costumes sociais da cidade neste interessantíssimo começo do século. Há dez anos o Rio não tomava chá senão à noite, com torradas, em casa das famílias burguesas. Era quase sempre um chá detestável. Mas assim como conquistou Londres e tomou conta de Paris, o chá estava apenas à espera das avenidas para se apossar do carioca.

1. Crônica de João do Rio publicada no jornal *A Notícia* em 2 de abril de 1908 *O chá e as visitas*.

Em *O lar doméstico*, Vera Cleser (1902, p.197) ao tratar da organização do banquete orienta: “Para um banquete, os donos da casa farão os convites de oito a doze dias de antecedência, verbalmente ou por escripto”. Dentre os eventos em que se coloca em prática a cerimônia e a etiqueta está o “chá das 5” conforme se observa em registro na revista *Vita* do ano de 1913 (FIG. 7). Nota-se na imagem que o chá está servido justamente no alpendre da casa, elemento localizado junto ao jardim, conectando arquitetura, comportamento social e cultural e as fronteiras do público e do privado.



Figura 7- Chá das 5 no palacete Afonso Pena, 1913. Fonte: Revista VITA, 1913. Disponível em:< <https://issuu.com/apcbh/docs/c17-b-004>> Acesso em:15 jun.2020

Conclusão

Os acervos das plantas arquitetônicas, das fotografias e dos periódicos do APCBH e do APM, associados à pesquisa pela literatura nos relatos de cronistas e nas memórias dos escritores revelam as fronteiras do público e do privado da casa e da maneira de morar que se estabelecem a partir da planta urbanística da cidade capital. As modificações sociais e culturais inseridas no âmbito da modernização do final do século XIX e início do século XX podem ser constatadas na casa de moradia, local que acolhe as regras da civilidade, a *vida elegante*. Refletem-se na vida quotidiana da casa, em suas ambiências e nos elementos componentes que conferem distinção à casa. São gradis, guarda-corpos, muretas, jardins, monogramas, expressões da casa burguesa, das regras de *bem viver*.

Referências e bibliografia consultada

CAMPOS, Ipojuca Dias. **Casamento, custos e religiosidade: Belém, século XX (1916 — 1940)**. Revista Fronteira. Dourados, MS, v. 12, n. 21, p. 179-201, jan./jun. 2010.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Cultura material, espaço doméstico e musealização**. In: Varia hist., Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 443-469, Dec.2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v27n46/03.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2020.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material — São Paulo, 1870-1920**. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008.

CLESER, Vera. **O lar doméstico. conselhos para boa direcção de uma casa**. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1902.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro Rocco, 1997.

DEJEAN, Joan. **O século do conforto: quando os parisienses descobriram o casual e criaram o lar moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Tradução de: Pedro Sussekind. Prefácio: Roger Chartier. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEMONS, Carlos A C. **Transformações do espaço habitacional ocorridos na arquitetura brasileira do século XIX. Anais do Museu Paulista**. Nova Série N.1, 1993. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v1n1/a09v1n1.pdf> > Acesso em: 18 jul.2020.

MARTINS, Beatriz Borges. **A vida é esta...** 2 ed. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2013.

NAVA, Pedro. **Balão cativo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. e-book Kindle.

PEREIRA, Humberto Geraldo. **Carlos Prates**. São Paulo: Conceito, 2009.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado; Fapesp, 2000.

ROQUETTE, J. I. **Código o Bom-Tom, ou, Regras da Civilidade e de Bem Viver**

no Século XIX. Lilia Moritz Schwarcz (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RYBCZYNSKI, Witold. **Casa: pequena história de uma idéia.** Tradução de Betina von Staa. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira; VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva et al. **Quando a rua vira casa.** São Paulo: Projeto Arquitetos Associados, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Introdução.** ROQUETTE, J.I. **Código do Bom-Tom: ou Regras da civilidade e de bem viver no século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Recebido em: 30/06/2020

Aprovado em: 05/08/2020